

Medicina Interna: Questões sobre o Modelo de Publicação

Portuguese Journal of Internal Medicine: Issues about the Publication Model

João Sá (<http://orcid.org/0000-0002-2466-7163>)
Editor-Chefe

A Medicina Interna é uma publicação propriedade da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna (SPMI). Por tradição a Direcção da revista é detida pelo Presidente do Executivo da Sociedade, mas esta garante a independência editorial ao Conselho Editorial (11 membros nacionais e 6 doutras nacionalidades), aos Editores Associados (3 membros) e ao Editor-Chefe.

Estão definidas e publicadas online e em cada edição as Normas de Publicação que cumprem os preceitos do International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE). São cumpridos os princípios da boa prática em publicação definidas pelo Committee on Publication Ethics (COPE).

A Medicina Interna está indexada na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e na IndexRMP, e dispõe de registo no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ).

São publicados anualmente 4 números e a tiragem é de 3000 exemplares em cada edição, impressos em papel ecológico e livre de cloro.

Em cada ano são publicados 64 trabalhos, dos quais 20 classificados como originais, bem como 4 editoriais e 4 páginas do Presidente.

A ligação a instâncias prestigiadas da publicação científica atrás citadas aliada a uma ambição permanente em ganhos de qualidade, obriga a rigor absoluto no respeito por critérios de exigência científica, técnica e literária. Por isso autores e investigadores ficam obrigados aos maiores cuidados na preparação, elaboração, revisão e apresentação de manuscritos que desejam ver divulgados através da Medicina Interna.

Do mesmo modo sobre os editores fica a pesar a responsabilidade de identificar a qualidade, perceber a originalidade, escrutinar a imperfeição e produzir aconselhamento aos elencos autorais. O processo de revisão por pares tornou-se assim uma tarefa exigente e de peso estratégico fundamental. A revisão desatenta e pouco cuidada, que pode desaguçar em escolha desadequada, compromete claramente o futuro da revista. E o objectivo maior de dispor de um pe-

riódico prestigiado e indexado nas bases de dados mais conhecidas (Medline, PubMed, *Emerging Sources Citation Index* (ESCI) - Clarivate Analytics) ficará irremediavelmente arredado.

Após a submissão de trabalhos uma primeira avaliação é feita pelos médicos do Conselho Editorial sendo a atribuição feita em função da experiência e do interesse por cada área (a figura do “editor temático”). Esta primeira análise conclui-se com uma decisão de rejeição ou de aprovação para revisão. Neste caso o trabalho é enviado a uma equipa de revisores (1 para a tipologia Medicina em Imagem, 2 para os figurinos restantes). Finda a intervenção dos peritos chega o momento de uma segunda decisão: rejeição, aprovação ou aprovação com modificações. Estas são transmitidas aos autores pelo secretariado e, tendo acolhimento, o editor responsável e o Editor-Chefe sentenciarão uma rejeição ou uma aprovação definitiva.

Os artigos originais são o componente forte e necessário de qualquer revista científica. A sua finalidade é a exposição de trabalhos de pesquisa ou investigação que encerrem alguma novidade no objectivo, nos resultados ou na metodologia empregue. Os artigos de revisão são monografias que abordam temas teóricos ou de prática clínica, cabendo no seu âmbito as revisões sistemáticas e as meta-análises. Originais e revisões são analisados por todos os editores que, em reunião de Conselho Editorial e após discussão colegial, emitem parecer favorável ou desfavorável à publicação.

Recorde-se a importância das consultorias, a de estatística a cargo da Dra. Matilde Rosa e a técnica a cargo da Dra. Helena Donato, no processo de revisão de manuscritos, em intervenções da maior relevância pedagógica.

Os prazos de conclusão de processos de revisão por pares são idealmente de 40 dias podendo chegar aos 60 se existirem novas versões dos trabalhos decorrentes da aceitação de propostas de alteração. Assim se confere aos autores a possibilidade de submissão noutra revista de trabalhos rejeitados.

Existe a possibilidade de publicação rápida (*fast track*) no caso de trabalhos de grande impacto clínico ou científico.

A selecção de revisores tem-se revelado uma tarefa muito complexa. Com base num histórico e em informações e

Hospital da Luz, Lisboa, Portugal

<https://revista.spmi.pt> - DOI: 10.24950/rspmi/Editorial/2/2019

referenciações dirigidas ao Conselho Editorial, foi construído um directório de peritos divididos por disciplinas de sua preferência teórica mas, sobretudo, pela prática contínua de qualidade reconhecida (revisores temáticos). Porém o seu número é escasso o que tem dificultado nomeações e produzido atraso em processos de revisão. Periodicamente tem sido solicitado aos Srs. Directores de serviço e aos líderes dos grupos de estudo da SPMI a indicação de nomes de potenciais peritos com disponibilidade e vocação para a tarefa. A formação dos revisores tem merecido um interesse muito especial pelo Conselho Editorial. A este propósito recordem-se iniciativas de cariz pedagógico como os simpósios da Medicina Interna (2016 e 2017) e as intervenções brilhantes e mobilizadoras da nossa Consultora Técnica, Dra. Helena Donato, em congressos nacionais de Medicina Interna sucessivos.

Um dos aspectos fundamentais de qualquer revista científica é a definição e o conhecimento de um público-alvo. No caso da Medicina Interna pretende-se que seja partilhada por internistas (presentes e futuros), por médicos doutras especialidades, por enfermeiros, por técnicos, por gestores, por investigadores do conhecimento e mesmo pelos leigos que revelem interesse por uma especialidade para eles de contornos pouco conhecidos. Mas a revista Medicina Interna está obrigada a dilatar a sua audiência para além fronteira, captando a atenção de clínicos e investigadores doutras paragens. Este esforço de globalização obriga a que a qualidade seja uma variável de primeira linha, e que os trabalhos sejam escritos e publicados em inglês, língua técnica universal dos nossos tempos. Esta é uma mudança complexa mas inevitável a curto prazo se se ambicionar a conquista de espaços de partilha com grupos e instituições científicas de vanguarda. E serão obtidos dividendos para visibilidade da Medicina Interna Portuguesa.

Qualquer revista científica tem custos obrigatórios de estrutura e de actividade e imputa despesas a proprietários. O financiamento da Medicina Interna tem sido suportado pela SPMI e por algumas empresas de comercialização de fármacos (de acordo com a Política de Publicidade da revista) que anunciam nas páginas da revista. A retracção da indústria farmacêutica verificada nos últimos anos e a ausência, ou dimensão vestigial, doutras formas de financiamento (assinaturas, licenças) tem tornado a exploração deficitária. A adopção da publicação *online*, que não está isenta de custos de produção e manutenção, poderá permitir um reequilíbrio financeiro. Aliás, em inquérito recente dirigido aos sócios da SPMI, uma maioria muito significativa de leitores manifestou-se pela edição sem papel. E esta é outra iniciativa a tomar em época próxima, mantendo-se a publicação tradicional para os sócios que o desejarem. Assim será estabelecido um alinhamento com os títulos na-

cionais indexados em bases de dados relevantes, e com os periódicos internacionais de renome.

Ficam assim expostos os princípios estratégicos que o Conselho Editorial se propõe cumprir: uma publicação prioritariamente de originais, da revisão interessante e da opinião relevante, a adopção da língua inglesa, a edição *online*, a indexação nas bases de dados mais conhecidas. Conselho Editorial, editores associados e Editor-Chefe estão conscientes das dificuldades desta reforma e aqui deixam uma chamada à colaboração por parte de todos os internistas portugueses. A vastidão da Medicina Interna especialidade, aliada ao interesse crescente pela escrita científica demonstrada pelos médicos das gerações mais recentes, são a garantia do êxito da revista Medicina Interna. ■